

SUMÁRIO

Capítulo 1 – Regras Gerais sobre o Processo Judicial Previdenciário	17
1. Competência jurisdicional.....	17
1.1. Regra geral: competência da Justiça Federal.....	17
1.2. Ações acidentárias: competência originária da Justiça Estadual.....	20
1.3. Competência estadual por delegação.....	40
2. Legitimidade ativa e passiva <i>ad causam</i> e formação de litisconsórcio	49
3. As prerrogativas do inss em juízo	56
4. O prévio requerimento administrativo e as ações judiciais e a reafirmação judicial da data de entrada do requerimento.....	78
5. Data de início do benefício por incapacidade na data de juntada do laudo pericial ou na citação	129
6. Impenhorabilidade, inalienabilidade e indisponibilidade dos benefícios previdenciários	136
7. Autorização legal para a desistência de recursos e propositura de ações	145
8. Honorários advocatícios nas ações previdenciárias	148
9. Ação civil pública previdenciária	158
9.1. Listagem das ações civis públicas previdenciárias e assistenciais	166
10. Intervenção do Ministério Público	353
11. Custas processuais.....	354
12. Coisa julgada nas lides previdenciárias	356
13. Juros de mora e correção monetária nos processos previdenciários.....	365
14. Perícia judicial nas causas previdenciárias.....	388

14.1. Regras gerais.....	388
14.2. Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF).....	446
14.3. Quesitação em perícia previdenciária	453
15. Pedido nas ações previdenciárias.....	462
16. Recurso especial e repetitivo.....	470
17. Recurso extraordinário, repercussão geral e repetitivo.....	481
18. Ação rescisória previdenciária.....	484
19. Fase de execução nas ações previdenciárias	494
20. Sucessão processual em caso de morte do autor	506
21. regras de prescrição e decadência nos benefícios previdenciários	519
21.1. Prescrição quinquenal	521
21.2. Decadência decenal para a revisão de benefícios previdenciários.....	572
21.3. Decadência decenal para a impugnação de ato administrativo que indeferiu benefício previdenciário.....	610
21.4. Ampliação das situações de decadência pela Lei 13.846/2019	613
22. Mandado de segurança em matéria previdenciária.....	624
Capítulo 2 – Regras Específicas sobre o Procedimento dos Juizados Especiais Federais	641

1. Microssistema jurídico com aplicação supletiva do código de processo civil de 2015.....	641
2. Critérios de competência: valor da causa e outros.....	648
3. Propositura da ação e sua desistência.....	668
4. Assistência judiciária gratuita.....	672
5. O inss e os seus representantes judiciais	673
6. Citação e contestação.....	674
7. Abolição de algumas prerrogativas do poder público em juízo.....	676
8. Vedação à intervenção de terceiros.....	680
9. Contagem dos prazos.....	680
10. Audiência de conciliação, instrução e julgamento.....	680
11. Conciliação.....	689
12. Prova pericial	699
13. Tutela provisória e efeitos da sua revogação	704
14. Custas processuais e honorários advocatícios	727

15. Sentença.....	728
16. Embargos de declaração	733
17. Procedimento na turma recursal (recurso inominado, mandado de segurança, agravo de instrumento, agravo regimental e embargos de declaração)	743
18. Procedimento na turma regional e na turma nacional de uniformização (incidentes de uniformização, agravo regimental, embargos de declaração e reclamação)	763
19. Procedimento no stj (incidente, agravo e embargos de declaração)	801
20. Procedimento no stf (recurso extraordinário, agravo e embargos de declaração)	810
21. Coisa julgada.....	813
22. Fase de execução.....	822
23. Tabela prática dos prazos nos juizados especiais federais.....	827

Capítulo 3 – Atos Processuais das Partes, dos Julgadores e de seus Auxiliares no Rito do JEF	829
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------

1. Petição inicial e termo de pedido	829
1.1. Atermação para a concessão ou restabelecimento de benefício por incapacidade laborativa	830
1.2. Atermação para a concessão de aposentadoria por idade ao segurado especial	834
1.3. Atermação para o reconhecimento de tempo de contribuição especial e aposentadoria especial.....	836
1.4. Atermação para a concessão do BPC/Loas à pessoa idosa ou deficiente...	838
1.5. Atermação para a concessão de pensão por morte para companheiro(a)	842
2. Despacho saneador	843
3. Despacho de recebimento inicial e designação de audiência	844
4. Despacho de recebimento inicial com designação de perícia e citação	845
5. Decisão que posterga a apreciação de tutela de urgência	846
6. Decisão denegatória de tutela de urgência.....	846
7. Decisão concessória de tutela de urgência.....	847
8. Embargos de declaração contra decisão interlocutória.....	848
9. Decisão que julga embargos de declaração contra decisão interlocutória	849
10. Decisão declinatoria de competência	849
11. Contestação do inss e instrução pelos sistemas plenus e cnis	851
11.1. Contestação – Pensão por morte negada por ausência de prova da qualidade de companheiro(a).....	865

11.2. Contestação – Aposentadoria por idade do segurado especial.....	875
11.3. Contestação – Benefício de prestação continuada da Lei Orgânica de Assistência Social (BPC/LOAS)	881
11.4. Contestação – Aposentadoria por tempo de contribuição do deficiente...	894
12. Decisão designatória de perícia médica	906
13. Decisão designatória de perícia social com apresentação de quesitação	908
14. Petição com apresentação de quesitos	909
15. Laudo pericial médico de benefício por incapacidade laboral.....	910
16. Laudo pericial médico do benefício assistencial de salário-mínimo do deficiente	916
17. Laudo de perícia social do benefício assistencial de salário-mínimo do deficiente e pessoa idosa carente.....	918
18. Formulário de cálculos (parâmetros)	921
19. Planilha de cálculos elaborada pela contadoria da vara.....	922
20. Decisão designatória de audiência	923
21. Decisão de intimação do ministério público federal.....	924
22. Parecer do ministério público federal.....	924
23. Ata de audiência com conclusão	925
24. Ata de audiência com sentença	926
25. Sentença terminativa (sem análise de mérito)	927
26. Sentença definitiva (com análise de mérito).....	928
27. Embargos de declaração contra a sentença.....	938
28. Contrarrazões aos embargos de declaração contra a sentença	939
29. Decisão dos embargos de declaração contra a sentença.....	939
30. Informação de implantação de benefício da aadj	941
31. Petição do inss de dispensa de recurso nominado	943
32. Recurso nominado contra a sentença definitiva.....	944
33. Recurso nominado contra a sentença definitiva com pedido de efeito suspensivo ao relator.....	946
34. Despacho que encaminha recurso nominado contra a sentença	947
35. Contrarrazões ao recurso nominado contra a sentença	948
36. Mandado de segurança contra sentença terminativa	949
37. Despacho de conversão em diligência do relator na turma recursal.....	952
38. Julgamento monocrático do relator na turma recursal	952

39. Agravo regimental contra decisão monocrática na turma recursal	954
40. Acórdão da turma recursal	958
41. Acórdão de adequação da turma recursal.....	960
42. Acórdão da turma recursal que julga prejudicado incidente de uniformização suspenso	966
43. Embargos de declaração contra acórdão da turma recursal.....	968
44. Decisão da turma recursal que julga embargos de declaração	970
45. Incidente de uniformização para a turma regional de uniformização.....	971
46. Contrarrazões ao incidente de uniformização para a turma regional de uniformização	989
47. Decisão da turma recursal que inadmite o incidente para a turma regional de uniformização	992
48. Agravo para destrancar incidente para a turma regional.....	993
49. Julgamento do agravo pela turma regional de uniformização para destrancar incidente	997
50. Decisão de inadmissão monocrática do relator do incidente de uniformização na turma regional	999
51. Agravo regimental contra inadmissão monocrática da turma regional	1001
52. Decisão da turma regional que julga agravo regimental contra inadmissão do incidente pelo relator	1002
53. Acórdão da turma regional	1004
54. Decisão da turma regional que julga embargos de declaração	1010
55. Incidente de uniformização para a turma nacional.....	1015
56. Contrarrazões ao incidente de uniformização para a TNU	1026
57. Decisão do presidente da turma recursal que inadmite o incidente para a TNU.....	1028
58. Agravo para destrancar incidente para a TNU	1031
59. Decisão da turma recursal de sobrestamento do incidente para a TNU	1033
60. Julgamento monocrático do relator na turma nacional	1033
61. Agravo regimental contra julgamento monocrático do relator na turma nacional.....	1037
62. Decisão de inadmissão monocrática do relator do incidente de uniformização na turma nacional	1038
63. Agravo regimental contra inadmissão monocrática da turma nacional.....	1039
64. Decisão da turma nacional que julga agravo regimental contra inadmissão do incidente pelo relator	1040

65. Decisão irrecorrível do presidente da turma nacional	1051
66. Acórdão da turma nacional	1055
67. Acórdão da turma nacional em julgamento de incidente representativo de controvérsia	1058
68. Decisão da turma nacional que julga embargos de declaração	1066
69. Incidente de uniformização de jurisprudência para o STJ	1071
70. Contrarrazões ao incidente de uniformização para o STJ	1075
71. Decisão do presidente da tnu que inadmite o incidente para o STJ	1077
72. Petição para destrancar incidente para o STJ inadmitido pelo presidente da TNU	1078
73. Indeferimento monocrático do relator no STJ do incidente de uniformização ...	1080
74. Agravo interno contra indeferimento monocrático do incidente proferido pelo relator no STJ	1083
75. Decisão do relator da 1ª seção do STJ que admitiu o incidente e determinou liminarmente o sobrestamento nacional de todos os processos com idêntica controvérsia	1084
76. Decisão da 1ª seção do stj que apreciou o agravo regimental contra a decisão de inadmissão do incidente proferida pelo relator	1091
77. Acórdão da 1ª seção do stj julgando o mérito do incidente de uniformização de jurisprudência	1092
78. Recurso extraordinário	1094
79. Contrarrazões ao recurso extraordinário	1116
80. Decisão que inadmite o recurso extraordinário	1118
81. Agravo para destrancar o recurso extraordinário	1119
82. Decisão do STF que julga agravo para destrancar recurso extraordinário	1123
83. Decisão do STF dando provimento à reclamação contra inadmissão de agravo para destrancar recurso extraordinário	1124
84. Acórdão do STF em recurso extraordinário	1128
85. Reclamação para a turma nacional de uniformização	1132
86. Decisão da TNU julgando reclamação	1135
87. Despacho de intimação de cálculos na execução	1137
88. Impugnação aos cálculos na execução	1137
89. Decisão do incidente na execução	1138
90. Mandado de segurança como sucedâneo recursal na execução	1139

91. Decisão liminar do relator da turma recursal em mandado de segurança na execução	1144
92. Decisão colegiada da turma recursal em mandado de segurança na execução	1146
93. Requisição de pequeno valor – RPV	1148
94. Certificação de coisa julgada e arquivamento	1150

Apêndices

PARTE 1 – Súmulas Previdenciárias das Turmas Regionais e Turmas Recursais.....	1152
Capítulo 1 – Primeira Região.....	1152
Capítulo 2 – Segunda Região	1155
1. TRU da 2ª Região	1155
2. Súmulas previdenciárias das Turmas Recursais dos Estados que compõem a 2ª Região	1158
Capítulo 3 – Terceira Região	1170
Capítulo 4 – Quarta Região.....	1173
1. TRU da 4ª Região	1173
2. Súmulas previdenciárias das Turmas Recursais dos Estados que compõem a 4ª Região	1174
Capítulo 5 – Quinta Região.....	1176
Capítulo 6 – Sexta Região.....	1180
PARTE 2 – Questões de ordem da TNU.....	1185
PARTE 3 – Regimento interno da TNU (Resolução CJF 586/2019)	1198
PARTE 4 – Regimentos regionais e locais	1217
1. Regimento Interno da TR e TRU 1ª Região.....	1217
2. Regimento Interno da TRU 2ª Região E Regimento Interno TR'S 2ª Região	1250
3. Regimento Interno – TR e TRU 3ª Região.....	1281
4. Regimento Interno – TR e TRU 4ª Região.....	1305

PARTE 5 – Atos dos tribunais regionais federais – competência delegada	1324
1. Anexos Portaria Presi TRF 1 9507568/2019	1324
1.1. Anexo I Portaria Presi TRF 1 9507568/2019 – Lista das Comarcas Estaduais localizadas na área de jurisdição da 1ª Região com competência federal delegada	1324
1.2. Anexo II Portaria Presi TRF 1 9507568/2019 – Lista das Comarcas Estaduais localizadas na área de jurisdição da 1ª Região que deixaram de possuir competência delegada federal	1339
2. Resolução nº TRF2-rsp-2019/00091, de 17 de dezembro de 2019 – Dispõe sobre o exercício, no âmbito da 2ª Região, da competência da Justiça Federal delegada, em matéria previdenciária, nos termos das alterações promovidas pelo art. 3º da Lei 13.876, de 20 de setembro de 2019	1349
3. Resolução PRES TRF 3 nº 429, de 11 de junho de 2021 – Dispõe sobre o exercício da competência delegada no âmbito da Justiça Federal da 3.ª Região, nos termos do disposto no art. 3.º da Lei n.º 13.876/2019.....	1352
4. Portaria TRF 4 nº 1351/2019 – Publica a Lista das Comarcas da Justiça Estadual com Competência Federal Delegada, no âmbito da Justiça Federal da 4ª Região	1358
5. Ato TRF 5 nº 480/2019 – Lista as comarcas estaduais que permanecem com a competência federal delegada para processamento e julgamento de causas de natureza previdenciária, conforme o disposto no inc. III, do art. 15, da Lei 5.010, de 30 de maio de 1966, com a redação dada pelo art. 3º, da Lei 13.876, de 20 de setembro de 2019	1361
PARTE 11 – Questões de ordem da TNU.....	1373